

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente

Ministro de Estado da Cultura

Roberto João Pereira Freire

Secretário da Economia da Cultura

Mansur Bassit

**Diretora do Departamento
de Estratégia Produtiva**

Ana Letícia Fialho

**Diretor Interino do Departamento
de Sustentabilidade e Inovação**

Thalles Rodrigues de Siqueira

**Coordenador-geral de
Pesquisa e Novos Modelos**

Geraldo Horta

Equipe Técnica

Andrey do Amaral dos Santos, Luana Pires

Micaele Pinheiro dos Santos Nascimento,

Tiago Rocha Gonçalves de Canha

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Superior CEGOV

Ana Maria Pellini, Ario Zimmermann, José
Henrique Paim Fernandes, José Jorge Ro-
drigues Branco, José Luis Duarte Ribeiro,
Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel
Demarco, Fabiano Engelmann, Hélio
Henkin, Leandro Valiati, Lúcia Mury
Scalco, Luis Gustavo Mello Grohmann,
Marcelo Soares Pimenta, Marília Patta
Ramos, Vanessa Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza, Marco
Cepik

CIÊNCIA, IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

CLAUDIA FONSECA
HELENA MACHADO
ORGANIZADORAS

© dos autores
1ª edição: 2015

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Fernando Preusser de Mattos

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos
Bischoff, Gabriel Thier, Tiago Oliveira Baldasso.

Capa: Liza Bastos Bischoff

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a
Administração Pública Federal são de exclusiva responsabilidade
dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos,
desde que citada a fonte.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C575 Ciência, identificação e tecnologias de governo [recurso eletrônico] / organizadoras
 Claudia Fonseca [e] Helena Machado. – Porto Alegre: Editora da UFRGS
 /CEGOV, 2015.
 238 p. : pdf

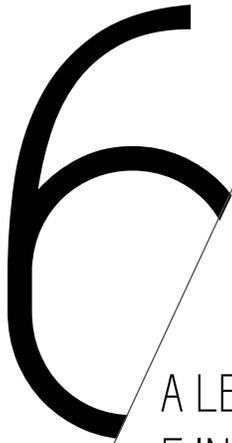
(CEGOV Transformando a Administração Pública)

1. Antropologia. 2. Política. 3. Direito. 4. Genética Forense. 5. Perícia Forense. 6.
Administração pública. 7. Ciência – Mecanismo de identificação civil e criminal –
Tecnologias de Governo. 8. Redes sócio-técnicas – Tecnologia de identificação civil e
criminal – Práticas burocrático-estatais – Administração pública. I. Fonseca, Cláudia.
II. Machado, Helena. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de
Estudos Internacionais sobre Governo. IV. Série.

CDU 572:35:343.98

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0507-2



A LEGIBILIDADE COMO GESTÃO
E INSCRIÇÃO POLÍTICA
DE POPULAÇÕES: NOTAS
ETNOGRÁFICAS SOBRE A
POLÍTICA PARA PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

PATRICE SCHUCH

Doutora em Antropologia Social e professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi/UFRGS), seus temas de pesquisa privilegiam as áreas da Antropologia do Direito, infância e juventude, Estado e políticas públicas, direitos humanos, práticas humanitárias e ética em pesquisa antropológica.

James Scott (1998) situa a legibilidade como um dos problemas centrais das práticas de formação do Estado. O conhecimento dos sujeitos, sua localização, riqueza e identidade, assim como os processos de criação de métricas e medidas que permitem que tais elementos sejam traduzidos para padrões comuns, seriam fundamentais para o monitoramento, o registro e a inspeção, que acompanham a criação dos Estados. A invenção de sobrenomes, a padronização de pesos e medidas, o estabelecimento de pesquisas cadastrais e registros populacionais, a padronização de linguagem e discurso legal, o desenho das cidades e do transporte público são exemplos dessas práticas de legibilidade. Para Scott (1998), as práticas de legibilidade aumentariam a capacidade estatal e tornariam possíveis intervenções discriminatórias de todo o tipo, tais como as políticas de vigilância, de saúde, de assistência social, etc. Segundo o autor, seriam espécies de “mapas abreviados”, os quais possibilitariam refazer as realidades que retratam através dos processos de racionalização, padronização e simplificação.

Ao analisar um conjunto diverso de produção de legibilidade em cenários muito diversos – por exemplo, a coletivização soviética, a construção de Brasília, as práticas de criação de vilas/aldeias na Tanzânia (1973-6) – o autor destaca uma composição de fatores que caracterizaram tais esforços: ordenamento administrativo da natureza e sociedade; ideologia modernista na crença no progresso, técnica e ciência; Estado autoritário disposto a usar seu poder coercitivo para construir seu projeto; e, finalmente, sociedade civil apática. Entretanto, Scott (1998) também se interroga acerca dos problemas na efetivação da legibilidade nos contextos analisados e conclui, ao responder a questão, por ele mesmo colocada – por que tais projetos falharam? – que, fundamentalmente, isso se deu porque tais propostas não levaram em conta o conhecimento prático “local”, assim como os processos informais e a improvisação em face do imprevisível, presentes nos cenários em que tais propostas visaram se efetivar.

Sem dúvida, a improvisação, os processos informais e o conhecimento prático das pessoas a que tais propostas se destinam são fundamentais de serem levados em conta analiticamente. Scott (1985, 1990) já mostrou, em seus estudos sobre resistência, o quanto o que chama de “infrapolítica” dos dominados pode exercer um papel importante na configuração da política. Nessa direção, convence a sua fantástica descrição sobre as relações entre fazendeiros e camponeses na aldeia que chamou de Sedaka, em que o autor reivindica sua contrariedade com as noções de “hegemonia” e “falsa consciência” a partir da potência das práticas de fofoca, colocação de inusitados apelidos, realização de corpo mole e de pequenos roubos e greves de trabalho realizadas pelos trabalhadores, em um cenário de transformações nas relações de trabalho. Também, ao desenvolver, em seus estudos sobre as revoltas camponesas, a noção de “economia moral”, Scott (1977) enfocou com grandeza os sentidos de justiça forjados a partir do que chamou de “ética da subsistência” dos

camponeses, a qual valorizava o risco mínimo e embasava seus sentidos de justiça, baseados em reciprocidades entre camponeses e seus patrões.

Embora tenham recebido algumas críticas – veja-se, por exemplo, as colocadas por Monsma (2000) – fundamentalmente colocadas na pouca atenção às diferenças e desigualdades presentes entre os próprios dominados, as análises de Scott (1977, 1985, 1990), sem dúvida, são um marco muito significativo e inovador nas abordagens sobre resistência. Ao abordar as práticas de legibilidade estatais, entretanto, fica-se com a sensação de que o problema na analítica de Scott (1998) não é exatamente na consideração da criatividade e improvisação presentes nos cenários estudados, mas em algo inverso: uma perspectiva muito homogênea do próprio Estado e da ação de suas tecnologias de governo.

Análises como as de Das e Poole (2004a) já criticaram o duplo efeito de ordem e transcendência imaginado nas análises mais clássicas sobre Estado, questionando sua construção. Em coletânea de estudos antropológicos sobre o Estado, tais autoras rejeitaram a ideia do Estado como forma administrativa centralizada de organização política que se torna enfraquecida ou menos articulada ao longo de seu território e nas suas “margens”. Na analítica proposta por Das e Poole (2004a), o Estado é imaginado como um projeto sempre incompleto, que deve ser constantemente criado e imaginado através de uma invocação de selvageria e ilegalismos. Por outro lado, as margens não são apenas territoriais, mas são também espaços de práticas nos quais a lei e outras práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação.

É nesse sentido que as interrogações de pesquisa podem abarcar também as questões de como as práticas e a vida política desses/nesses espaços conformam as práticas políticas, regulatórias e disciplinares que constituem o que se chama de “Estado”, convidando os analistas a repensarem as dicotomias bem estabelecidas entre legal/ilegal, centro/periferia, público/privado, etc. Como possíveis agendas de pesquisas inspiradoras sobre a relação entre Estado e suas margens, as autoras sugerem a análise das tecnologias de poder com as quais o Estado tenta administrar e pacificar populações, a relação entre corpos, disciplina e lei e, também, as dinâmicas de produção da legibilidade e ilegitimidade (DAS; POOLE, 2004a).

No caso das análises sobre a produção de legibilidade estatal, o privilégio analítico da maior parte das abordagens tem sido a de destacar a relacionalidade entre legibilidade e ilegitimidade, mostrando sua consubstancialidade – por exemplo, Das e Poole (2004b); Durão (2009) e Soilo (2015). Entretanto, acredito que a abordagem proposta por Das e Poole (2004a) convida também a explorar a sua produção a partir das “margens”. Em minha opinião, o que é interessante nessa perspectiva é a possibilidade de abertura para considerar a produção de legibilidade não apenas como uma dimensão unilateral de um Estado centralizado que

produz “mapas abreviados” que simplificam, controlam e refazem as realidades que retratam (SCOTT, 1998). Na medida em que nos permitimos pensar as “margens” como espaços que também podem colonizar o Estado, a própria produção de legibilidade também pode ser um espaço em que novas inscrições políticas são efetivadas. É exatamente essa a argumentação que desejo enfatizar neste capítulo, a partir de uma experiência de engajamento etnográfico com o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), coletivo que luta pela defesa e promoção dos direitos humanos das chamadas “pessoas em situação de rua” no Brasil.

Através desse acompanhamento etnográfico, é possível perceber um esforço, tanto do MNPR quanto de organismos jurídicos e órgãos ligados ao Estado, em tornar a chamada “população em situação de rua” legível ao Estado. Como pretendo também demonstrar neste texto, tal esforço implica a celebração de técnicas importantes de produção da legibilidade – como, por exemplo, as pesquisas censitárias, as definições conceituais expressas em novas normativas legais e os manuais e cartilhas para a devida consideração desse grupo social como uma população oficialmente inscrita no universo da garantia dos direitos no Brasil. Entretanto, tais práticas de produção de legibilidade não podem ser consideradas como esforços constituídos apenas pelo Estado; tais técnicas de governo são coproduzidas a partir de composições heterogêneas e tensas entre Estado, movimento social, organizações jurídicas e não governamentais e narrativas transnacionais mais amplas dos direitos humanos, num entrelaçamento dinâmico de lutas e leis, processos de subjetivação e moralidades, modos concomitantes de gestão e inscrição política.

1. ENGAJAMENTOS ETNOGRÁFICOS E A POLÍTICA SIMULTANEAMENTE CONTRA E A PARTIR DO ESTADO

Desde o ano de 2013, tenho acompanhado as reuniões e atividades diversas do MNPR em sua seção do Rio Grande do Sul, estado do sul do país. Meu atual engajamento etnográfico provém de um interesse iniciado em 2007, quando coordenei uma pesquisa quali-quantitativa sobre esse grupo populacional em Porto Alegre, em parceria com os colegas Ivaldo Gehlen (UFRGS), Claudia Turra Magni (UFRGS) e Iara Kundel (UFRGS). A pesquisa intitulou-se: “Perfil e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua” (UFRGS, 2008) e deu origem a uma mobilização reflexiva que articulou acadêmicos e profissionais da Fundação de As-

sistência Social e Cidadania (FASC), órgão gestor da política de assistência social no município e responsável pela administração da pesquisa em Porto Alegre, a qual originou uma coletânea de artigos sobre a pesquisa e as políticas de atendimento à população de rua (GEHLEN; SILVA; BORBA, 2008)¹.

Na época, o Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil, em parceria com a UNESCO, estava realizando a primeira – e, até o momento, única – contagem populacional em nível nacional em relação à população de rua. A pesquisa abrangeu todos os municípios com mais de 300.000 mil habitantes, com exceção de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, que realizaram estudos próprios, com equipes locais (como aquela em que eu estava incluída). A contagem nacional totalizou o número de 31.922 pessoas em situação de rua nos 71 municípios pesquisados e, na época, agregando-se os dados das cidades que realizaram pesquisas específicas, calculou-se que havia cerca de 50.000 pessoas em situação de rua no país. A pesquisa de Porto Alegre, por sua vez, totalizou 1203 adultos e 383 crianças e adolescentes em situação de rua, contribuindo com dados importantes acerca de seus modos de vida, relação com serviços públicos, saúde, cotidiano e violência na rua (UFRGS, 2008; SCHUCH et al., 2008).

Posteriormente, em 2011, engajei-me novamente no estudo de tal população, a partir do convite da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que, às vésperas do lançamento do então chamado Plano de Enfrentamento à População de Rua no município, desejava realizar o que foi chamado de “cadastro” populacional dos adultos em situação de rua. Eu e o sociólogo Ivaldo Gehlen realizamos então tal assessoria para o cadastro populacional, que visava atualizar os dados de 2007 e subsidiar as ações do governo previstas no Plano de Enfrentamento à População de Rua, por sua vez obrigatório a partir das orientações da Política Nacional para a População em Situação de Rua, lançada em 2009. Sem prever o estudo mais amplo a respeito dos modos de vida, educação, saúde, relação com serviços públicos, sociabilidade e violência, o cadastro populacional contabilizou o número de 1347 pessoas adultas em situação de rua em Porto Alegre. Mais que a publicação do número de pessoas em situação de rua em Porto Alegre, esse cadastro populacional deu origem a uma nova mobilização efetiva dos serviços de assistência social em termos de reflexão sobre a população em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Houve a articulação de acadêmicos e profissionais envolvidos com a efetivação das políticas públi-

(1) A pesquisa quali-quantitativa acerca da população de rua integrou um projeto mais abrangente de estudo de outras populações em Porto Alegre, com objetivo de compreender a diversidade cultural na cidade. Foi financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, administrada pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e coordenada pelo sociólogo Ivaldo Gehlen. Foram estudados também os remanescentes de quilombos, as comunidades indígenas e os afro-brasileiros de Porto Alegre/RS, pesquisas que contaram com uma ampla equipe de profissionais, entre os quais antropólogos, sociólogos e historiadores. Ver: Gehlen, Silva e Borba (2008).

cas em seminários e discussões diversas, originando mais uma vez a publicação de uma coletânea de artigos sobre o tema (DORNELLES; OBST; SILVA, 2012).

No ano de 2013, incentivada pelo desejo de realizar relações menos contingentes do que aquelas estabelecidas pelas pesquisas quali-quantitativas, passei a coordenar um projeto de pesquisa-extensão intitulado: “Direitos Humanos: moralidades e subjetividades nos circuitos de atenção à população de rua no Brasil”. O projeto, que conta hoje com dois anos de trabalho e ainda está vigente, prevê a compreensão das práticas de governo em torno desse grupo a partir das moralidades e subjetividades daqueles que as estão produzindo nas práticas cotidianas². Inicialmente pensado para abordar tanto os profissionais do Estado como aqueles atendidos pelas políticas de governo, fazendo uma espécie de mediação entre estes através de encontros de reflexão em torno de temas específicos (violência e cidadania, direito à cidade, etc.), o projeto atualmente privilegia o engajamento e a compreensão da luta política do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR).

Como disse a mim certa vez José Batista, atual co-coordenador do MNPR no Rio Grande do Sul: “Patrice, você olhou o lado dos vencedores... Agora está na hora de olhar para os perdedores, tem que escrever sobre os perdedores”. Possivelmente ele estava se referido às minhas participações nas pesquisas administradas pela FASC. A forma de colocação dos termos da frase – perdedores e vencedores – colocava o MNPR e a Prefeitura de Porto Alegre em lados opostos e desiguais, minando minhas expectativas de atuar como uma espécie de “mediadora” dessas relações³. A partir de seu convite, passei a frequentar as reuniões semanais do MNPR, assim como dos intensos e frequentes encontros e seminários de discussão sobre a política de gestão da população de rua em Porto Alegre, promovidos a partir das redes estabelecidas entre movimento social, Estado, organismos judiciais e órgãos não estatais de proteção e promoção de direitos. A própria existência dessa profusão de

(2) Atualmente, a equipe é formada pelos alunos de graduação em Ciências Sociais Bruno Guilhermano Fernandes e Pedro Ferreira Leite. Participam ativamente ainda desse campo de pesquisa e extensão o aluno de doutorado Tiago Lemões da Silva e a aluna de mestrado Helena Lancelotti. O trabalho de campo intenso vivenciado por essa equipe começa agora a ser refletido e pensado em textos e artigos sobre o assunto e, nesse sentido, indico os textos de Fernandes e Schuch (2015) e Silva (2013, 2014). Agradeço imensamente a colaboração de todos, a qual é fundamental para a efetivação do projeto e inspiração para a confecção deste texto.

(3) Sobre as formas de trabalho antropológico e sua justificação, ver o texto de Ramos (2007) que, com relação aos povos indígenas, argumenta que o trabalho a ser realizado deve perseguir o movimento “do engajamento ao desprendimento”, na medida em que tais povos têm representantes políticos atuando potentemente na configuração de suas causas, além de contar com etnógrafos para estudar e visibilizar suas questões configuradas como “antropológicas”. O texto de Velho (2008) também argumenta para a problematização da tarefa de mediação na construção da nação, tradicionalmente colocada para antropólogos brasileiros, propondo a possibilidade de o trabalho enfatizar a politização da tarefa antropológica em um cenário em que a nação “explodiu”, segundo suas palavras. Esses dois textos são referências fundamentais para o trabalho de pesquisa-extensão que desenvolvo junto à população de rua.

encontros de discussão sobre a formulação e a execução das políticas mostrou que essas entidades se encontravam em direta e disputada relação, podendo-se sugerir o mesmo para as próprias políticas ali refletidas e inventadas.

Foi através desse acompanhamento das suas lutas e debates que passei a perceber um modo de ação política bastante peculiar, que analiso como sendo realizado simultaneamente *contra* e *a partir* do Estado, hipótese que também persigo neste texto. Para acompanhar esse modo de produção política, foram fundamentais duas referências clássicas da teoria social: de um lado, as análises de Michel Foucault (1977, 1979, 1984, 1985) sobre as práticas de subjetivação, formuladas a partir da sua proposição em torno do chamado paradoxo do sujeito. Em seu entendimento, os sujeitos são formados discursivamente por tecnologias que entrecruzam saberes e poderes e, a partir dessa constituição e através do que Foucault (1984, 1985) chama de processos de subjetivação, podem desenvolver originais éticas de existência e estilos de vida singulares.

De outro lado, fascina-me a possibilidade de pensar a própria potência da etnografia de Pierre Clastres (2003) em torno das formas de evitação do Estado entre os Guayaki e as possibilidades abertas pela sua obra de acompanhar as formas de subjetivação em ação, empreendidas a partir de relações e práticas concretas entre sujeitos, o que de certa forma inexiste na abordagem foucaultiana⁴. Além disso, ressalto suas precisas influências, sobretudo na construção de uma analítica de dessubstancialização do Estado, na evocação de uma pragmática da produção do poder político que se expande para além das formas coercitivas e, de máxima relevância para os fins de minha argumentação em torno das formas de produção da política da população de rua no Brasil, nas possibilidades de manutenção da indivisa sociedade Guayaki a partir da lógica da guerra como mecanismo que protege a dispersão dos seus grupos.

Tais referências constituem inspirações importantes para estabelecer uma espécie de zona de vizinhança com as forças de produção da política ora abordadas, fornecendo certas grades de inteligibilidade. Com Clastres (2003), é possível pensar as forças de contraposição ao Estado que se exercem, no caso estudado, sem prescindir deste e que, inclusive, atuam a partir de suas tecnologias de governo, simultaneamente opondo-se às suas forças de atração através das denúncias críticas às suas formas de atuação e seus instrumentos. Com Foucault (1979, 1984), temos um modelo dinâmico tanto da simultaneidade das relações de poder e resistência, como das práticas de governo que administram e inscrevem politicamente

(4) Didier Fassin (2009), no intuito de recuperar analiticamente os sujeitos portadores de valores e os sentidos morais empreendidos por práticas de governo, propõe os conceitos de “biolegitimidade” e “políticas da vida”. O arcabouço deste texto é pequeno para desenvolver tais noções, mas registro os esforços de Fassin em dinamizar as análises foucaultianas no estudo das práticas de governo e, substancialmente, seu original empreendimento de agregar a dimensão experiencial dos sujeitos como parte da análise das tecnologias de governo.

populações, que acredito ser fundamental para a consideração das tecnologias de legibilidade como formas de administração e inscrição política de populações.

Não obstante, o privilégio deste texto será acompanhar os modos de gestão e inscrição política da população de rua a partir da dimensão da etnografia como um modo de conhecimento que privilegia a experiência (DAS; POOLE, 2004) e que, portanto, é de fundamental importância para afirmação da complexidade de dinâmicas que muitas vezes extrapolam esquemas analíticos mais rígidos. De forma original e dinâmica, a vivacidade do funcionamento das lutas políticas empreendidas pela população de rua no Brasil constitui uma rica teoria etnográfica e não deve ser encapsulada pelas teorias sociais acima destacadas. É um pouco da potência dessas práticas políticas, dirigidas à reflexão sobre legibilidade e, especialmente, dos debates em torno da configuração, características, usos e efeitos das pesquisas censitárias, que passo a destacar a seguir.

2. AS PESQUISAS CENSITÁRIAS: SOMENTE “MAPAS ABREVIADOS”?

Para além de descrever o início de meu engajamento com a temática das políticas de gestão da população de rua no Brasil e minhas principais hipóteses analíticas, a recuperação dos aspectos acima referidos importa porque mostra o quanto a realização de pesquisas censitárias e de perfil populacional esteve agregada à produção de políticas governamentais para esse grupo. Na cidade de Porto Alegre, a Prefeitura Municipal, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), desde 1994 executa serviços voltados ao atendimento de pessoas em situação de rua da cidade. E é significativo que a primeira pesquisa censitária sobre essa população e seus modos de vida, que totalizou 222 vivendo nessa situação, tenha sido realizada já em 1995, em uma colaboração entre a FASC e profissionais do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (FASC, 2012). A própria contagem nacional, realizada em 2007, antecedeu a promulgação do celebrado Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, ao mesmo tempo definindo oficialmente tal população e orientando uma série de programas e políticas para seu atendimento. Esses dados parecem apontar, portanto, que as pesquisas censitárias e de perfis populacionais são fundamentais para a produção da legibilidade de determinados grupos a Estado, possibilitando refazer as realidades que retratam a partir de processos de padronização, racionalização e simplificação,

dimensão bastante destacada nos estudos de Scott (1998).

Sem dúvida, no que diz respeito às políticas para a população de rua, a profusão de pesquisas censitárias e a busca por configuração de perfis populacionais que se realizam para compor a produção de políticas para esse grupo social não são realidades apenas existente no estado do Rio Grande do Sul, sendo verificadas também em inúmeros outros locais do país⁵. Segundo Pereira (2007), em geral essas pesquisas caracterizam-se por uma contextualização histórica da visibilidade das pessoas em situação de rua, assim como mostram preocupações com as causas desse fenômeno (emprego, família, transtornos psicossociais, etc.) e o entendimento de seu modo de vida. Analisando a tendência de produção de estudos sobre perfis populacionais da população de rua no Brasil, De Lucca (2007) enfatizou como estes evidenciam uma valorização de atributos individualizados dos sujeitos pesquisados, em detrimento das variadas mediações institucionais, históricas e políticas que engendram a construção dessa população como uma problemática social.

Certamente, a expectativa dos organismos institucionais é, muitas vezes, conseguir produzir uma espécie de “retrato” do universo que se apresenta como desconhecido e como se pudesse ser captado em sua naturalidade ou essência; para produzir uma fotografia, entretanto, há inúmeras escolhas do que captar e qual o enquadramento a realizar. Em cada fotografia, muitos outros enquadramentos possíveis ficam de fora e o resultado obtido é, simultaneamente, uma representação e uma simplificação dos cenários trabalhados. É nesse sentido que concordo com Scott (1998), quando assinala que tornar uma população legível ao Estado implica em procedimentos de padronização que configuram espécies de “mapas abreviados” que refazem as realidades que retratam e que são fundamentais para a ação política e o controle efetivado pelo Estado. Entretanto, como é possível perceber no caso das práticas de inscrição política da população de rua no Brasil, tais técnicas de legibilidade não são apenas isso: ao mesmo tempo em que simplificam, classificam e conformam uma “população” às possibilidades do governo, também a inscreve nos cenários de atenção pública⁶.

Obviamente, o movimento de inscrição política da população de rua no Brasil tem uma história importante, em que importam não apenas as pesquisas de

(5) Ver, por exemplo: Costa (2005), Pereira (2007), Vieira, Bezerra e Rosa (1992), Rosa (2005), Stoffels (1997).

(6) Sobre isso, ver as considerações de Fonseca e Cardarello (1999), ao lembrarem a importância de se levar em conta a dimensão discursiva nos estudos sobre cidadania e direitos. Como dizem Fonseca e Cardarello (1999), as “frentes discursivas” – um conjunto de mobilizações variadas em torno da produção de epistemologias, instituições e práticas ligadas a um tema ou grupo específico – são uma faca de dois gumes: por um lado são fundamentais para mobilizar apoio político em bases amplas e eficazes, mas, por outro lado, tendem a reificar o grupo alvo das preocupações, alimentando imagens que pouco têm a ver com a realidade. Acredito que a dinâmica a que me refiro neste artigo, de simultânea administração e inscrição política de grupos, pode ser aproximada das reflexões de Fonseca e Cardarello (1999).

contagem e perfis populacionais, mas também os movimentos de ajuda caridosa e/ou filantrópicos e, de forma bastante significativa, o próprio movimento social (MELO, 2013; SILVA, 2014). Sem tentar encontrar uma razão única para processos complexos, trata-se de destacar essa composição de elementos heterogêneos e um cenário de redemocratização propício para modificação da arena do debate político, informado ainda por influências de narrativas transnacionais de direitos humanos. Como já escreveu Richard Wilson, tais narrativas dos direitos humanos e sua incidência em programas e instituições nacionais são extremamente importantes em países com experiências de redemocratização, uma vez que são fontes de legitimidade em cenários internacionais (WILSON, 1997).

Em Porto Alegre, no que se refere à luta política em relação à população de rua, em meados de 1991 foi instituído um movimento popular chamado Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua (MDM de Rua). Segundo Lima e Oliveira (2012), esse movimento visava organizar e estimular os moradores de rua a participarem de encontros semanais para debater problemas enfrentados e buscar suas soluções de forma coletiva. Originou-se no então chamado albergue municipal Abrivivência, que apoiou o projeto. Por conta da falência de alguns projetos originados nesse âmbito do movimento (essencialmente, um galpão de reciclagem), o movimento teria sucumbido. Alguns anos depois foi articulado, em conjunto com a organização não governamental ALICE – mesma organização que há quatorze anos coordena a publicação do Jornal Boca de Rua na cidade – o Fórum da População Adulta em Situação de Rua. O Fórum funcionava a partir de encontros semanais em uma sala do Mercado Público de Porto Alegre e foi um movimento importante que originou conselheiros da assistência social e de outras áreas, no âmbito do Orçamento Participativo de Porto Alegre (LIMA; OLIVEIRA, 2012; PIZZATO, 2012). Por sua vez, a organização não governamental ALICE é a entidade que coordenou a implantação do Jornal Boca de Rua, existente há quatorze anos em Porto Alegre. O jornal é uma mídia que foi propulsora na divulgação de reportagens sobre a vida na rua, escritas pelas próprias pessoas em situação de rua, autointitulados jornalistas do Boca de Rua. Sem dúvida, o Boca de Rua também vem ampliando significativamente a visibilidade e luta política dessa população.

Relatos ainda de pessoas participantes do MNPR contam da existência do Movimento Aquarela, o qual teria se desconstituído em função de ser “um movimento de um homem só”. Simone, militante do MNPR, jornalista do Boca de Rua e escritora, ao falar dos variados movimentos de luta política salienta que “é um movimento que se movimenta”, para exatamente apontar a dinamicidade dessas formas de organização política que perdem a força exatamente quando seus líderes passam a querer apenas se autorrepresentar e se autopromover, e/ou encontram modos de vida alternativos à rua, pelo qual são lembrados negativamente e destituídos pelo grupo, numa dinâmica que pode ser aproximada com aquela referida

por Clastres (2003). Destaco que esses diversos movimentos na cidade de Porto Alegre tinham uma dinâmica regional, ao passo que diferem significativamente do atual MNPR, movimento criado em 2004 para atuar e representar nacionalmente tal população e que, no Rio Grande do Sul, passou a ter uma sucursal com existência efetiva apenas em 2013.

A própria criação do MNPR – agente fundamental na inscrição política da população de rua no Brasil – decorre de um cenário de inscrição da linguagem dos direitos no Brasil e processos mais abrangentes de transformações de instituições, normativas e modos de intervenção a variadas populações, realizadas a partir do processo de redemocratização política e no bojo da expansão da retórica dos direitos humanos no país (FONSECA; CARDARELLO, 1999; SCHUCH, 2009). Sem dúvida, no que diz respeito especificamente à população de rua, foi fundamental a visibilidade adquirida pelos “meninos de rua” (MILITO; SILVA, 1994; SCHUCH, 2009) e pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, criado em como entidade civil independente em 1985, com o apoio da UNICEF (MOVIMENTO NACIONAL..., 1988). Esses personagens ampliaram as lutas por reconhecimento da rua como um espaço de luta política, ao mesmo tempo em que divulgaram as práticas de violência a que os sujeitos que a ocupavam estavam sujeitos, num espaço social e político bastante ambíguo.

O nascimento do MNPR, por exemplo, resulta de um evento de violência extrema contra pessoas em situação de rua, o conhecido Massacre da Sé, em São Paulo, efetivado em 2004. Neste evento, mais de uma dezena de pessoas foram assassinadas e/ou ficaram feridas, por estarem simplesmente ocupando tal espaço público para habitação. Pode-se dizer que a marca de criação do MNPR passa a ser a própria denúncia de violência e desrespeito aos direitos humanos das pessoas em situação de rua, configurando uma forma de subjetivação política em que a forma “denúncia” de violação dos direitos humanos é fundamental, assim como os processos de reversão dos modos de se engajar politicamente: da queixa à luta, do favor aos direitos.

Como afirmou Roberto, militante e atual co-coordenador do MNPR no Rio Grande do Sul, em seminário realizado em colaboração entre MNPR, UFRGS e Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República em novembro de 2013 na UFRGS: “A gente tem dois caminhos na vida: um é viver de queixas e o outro é transformar as queixas em lutas”. Numa dinâmica bastante peculiar de atuar *a partir* do repertório das políticas oficialmente vigentes dos direitos das populações brasileiras, mas ao mesmo *contra* a forma de sua efetivação, o MNPR passa a atuar utilizando-se da linguagem dos direitos humanos como forma de luta política. Nos encontros do MNPR há um incentivo para que as pessoas em situação de rua possam aprender não mais a “pedir”, mas “exigir” direitos. “Vamos nós, população de rua, exigir nossos direitos: não é favor!”, disse, em uma das reuniões do MNPR, um

de seus coordenadores, João Batista. Ele e outros de seus colegas, frequentadores assíduos do movimento, insistem na política de que morador de rua tem que se informar sobre seus direitos e sobre as políticas de direitos humanos, assim como a respeito do funcionamento dos órgãos estatais para sua atenção.

Nessa mobilização, é destacada a relevância dos processos de transformação das políticas de caridade e assistência às políticas dos direitos humanos – mesma tônica dos organismos governamentais que, com o apoio de entidades transnacionais de proteção e promoção dos direitos humanos (como UNICEF e UNESCO), se engajam com o movimento social numa espécie de pedagogia informativa dos direitos da população de rua no Brasil e das normativas legais para sua proteção (SILVA, 2014). Tal pedagogia é explícita na intensiva publicação de cartilhas em relação aos direitos da população de rua e as formas de intervenção que a essa população devem ser dirigidas. Numa rápida pesquisa na Internet, e sem esgotar, portanto, o universo dessas produções, encontrei em outubro de 2014 cerca de 30 cartilhas e guias de serviços produzidos no país, em geral produzidos através de redes governamentais e não governamentais, organismos jurídicos e órgãos de defesa de direitos humanos, muitas com o apoio do MNPR.

Em geral, constava nesse material a conceituação de pessoa em situação de rua, um arcabouço significativo de normativas legais em torno dessa questão e, de acordo com a origem da cartilha e do guia de serviços (governamental ou não governamental), instruções sobre como intervir (nas abordagens policiais, nos CREAS e no SUS, por exemplo) ou como denunciar violações de direitos humanos (órgãos a procurar, como fazer um Boletim de Ocorrência, o que é um *habeas corpus*, etc.). Embora, neste texto, não caiba uma atenção maior às cartilhas e aos guias de serviços, é meu argumento que estes também constituem um material significativo de produção de legibilidade à população de rua, mostrando uma forma de coprodução das formas de gestão e inscrição política dessa população no Brasil e o quanto a preocupação com o tema da população de rua e seus direitos tornou-se uma questão nacional na década de 2000.

Um dos pontos interessantes de observar nesse processo de nacionalização das preocupações com a população de rua, evidenciado também nas cartilhas e nos guias de serviços, é a própria definição dos termos utilizados para defini-la. Na década de 2000, a visibilidade crescente desse grupo colocou em debate também à própria terminologia utilizada para defini-lo e classificá-lo, historicamente bastante variada. Como já nos ensinou Didier Fassin (1996), ao trabalhar com as terminologias de definição do “clandestino” ou “excluído” na França, as palavras não servem apenas para nomear, classificar ou definir: elas permitem também definir ações e orientar as políticas. É nesse sentido que um dos pontos fundamentais da criação da Política Nacional para a População de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, é a própria definição do que se entende por

“população em situação de rua”. Nesse documento, pode-se ler que:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 1).

Como já destaquei anteriormente (SCHUCH; GEHLEN, 2012), a população “em situação de rua” é definida acima a partir de sua pobreza, da interrupção de vínculos familiares e pela inexistência de moradia regular convencional – atributos de despossessão – além de ser também caracterizada pela utilização de serviços de acolhimento ou moradia temporária ou provisória, isto é, pela dependência de agentes e instituições. É interessante como a definição proposta contrasta frontalmente com aquela proposta pelo Movimento Nacional da População de Rua. Nos termos da definição desse movimento:

O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social.

Nessa definição, é acentuada a disposição para a luta por direitos e dignidade, o protagonismo dos seus participantes na produção da história e a sua união na solidariedade, na lealdade e na mobilização para conquista de direitos. A auto-definição dada pelo movimento produz uma visão mais ambígua da própria rua como espaço de criação de identidades e novos relacionamentos, não marcados apenas por falta, perda e despossessão. A rua aparece, então, não só como um espaço da carência, mas de inventividade, criatividade e, sobretudo, luta (SCHUCH; GEHLEN, 2012). O Movimento Nacional da População de Rua, ao definir-se prioritariamente por sua agência política, fornece uma visão ambígua da rua: ao mesmo tempo em que busca alternativas para a saída ou a melhoria dessa situação social, também luta pelo próprio direito à rua (DE LUCCA, 2007).

Assinalar essas diferenciações conceituais é importante porque coloca em questão a luta política constante que é realizada em torno dos significados legítimos para esse conjunto diverso de pessoas que, como destacou Fassin (1996), tem incidência direta no modo como as práticas de governo serão orientadas e efetuadas. Explícita também que as práticas de coprodução realizadas entre o MNPR e organismos jurídico-estatais e o apoio do movimento a determinadas tecnologias de legibilidade estatal – como vimos com a proposição das cartilhas, com a cele-

bração da Política Nacional da População de Rua e com o apoio às contagens populacionais – não deve ser compreendido como adesão direta aos próprios termos propostos, mas também como parte de estratégias e táticas políticas nas quais variados modos de habitar instrumentos e categorias são possíveis. Afinal, se o Estado deve ser constantemente refundado e não é homogêneo ou completo (DAS; POOLE, 2004), será que não poderia também haver diferentes modos de habitar suas normas e categorias e coproduzi-las e coproduzir-se neste processo?

3. PRÁTICAS DE LEGIBILIDADE E AS FORMAS INVENTIVAS DE SUA HABITAÇÃO E COPRODUÇÃO

Nos esforços de produção de visibilidade política, o próprio MNPR celebrou e apoiou a realização da primeira contagem nacional, realizada em 2007 no Brasil, como uma importante conquista de suas lutas. Isso porque, através dessa contagem a problemática da situação de rua adquiriu uma dimensão nacional, para além das preocupações regionais de municípios e de estados brasileiros⁷. Tal movimento de nacionalização também teve como ato importante o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, em 2005, com a participação de representantes políticos e militantes da população de rua, gestores federais, estaduais e municipais. Atualmente, o movimento social pressiona para a realização da inserção da população de rua nos censos nacionais da população brasileira, o que por ora ainda não aconteceu.

Porém, é importante destacar que essa participação na configuração das políticas nacionais e a reivindicação por estudos censitários e cadastrais acerca desse público não significa legitimar os dados levantados (ou mesmo o rumo das políticas propostas), mas destaca a importância que certas técnicas de legibilidade têm para as lutas por reconhecimento, ao registrar oficialmente uma população

(7) No âmbito das políticas públicas federais, o maior interesse sobre as especificidades da “população adulta em situação de rua” data de 2004, quando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) propôs o debate em torno de políticas específicas para os indivíduos colocados nessa situação social. Em torno dessa época foi realizado o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, mais exatamente em 2005, e foi solicitada uma pesquisa de abrangência nacional sobre o assunto, que fornecesse informações sobre o número e o modo de vida das pessoas em situação de rua dos principais municípios brasileiros, realizada finalmente em 2007, o que deu uma dimensão nacional à problemática da situação de rua.

flutuante e inscrevê-la como alvo de atenção das políticas governamentais. Não significa também dizer que as pessoas pesquisadas celebraram a inserção de seus cadastros individuais nos sistemas de controle governamentais, havendo aqui uma diferença fundamental entre os níveis molar (massificante) e molecular (individualizante) das estratégias de governo e de sua aceitação, marcando modos distintos de habitar suas formas de efetivação e usos⁸.

Em minha experiência com pesquisa censitária, por exemplo, percebi um interesse legítimo dos pesquisados em compreender exatamente os termos da pesquisa e seus usos, além de estratégias de ocultamento das identidades, as quais não podem ser desconsideradas. Em um dos casos que analisamos, o mesmo indivíduo investigado se apresentou com trinta diferentes perfis de dados, mudando pequenas informações sobre idade, procedência etc., em cada uma das vezes em que foi questionado. No mesmo sentido, foi possível perceber um substantivo acréscimo de pessoas que simplesmente se recusaram a responder a pesquisa, quando comparamos os números do estudo de 2007, que foi coordenado e executado por uma equipe significativa de profissionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o número de recusas a responder à pesquisa em 2011, quando esta foi realizada pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) através de seus profissionais e estagiários.

No cadastro efetuado em 2007, a Universidade participou apenas através da equipe de consultoria e também por meio da equipe de supervisores do trabalho de campo, composta, em sua maior parte, por estudantes de pós-graduação da Antropologia e da Sociologia. Enquanto na pesquisa de 2007 os que se recusaram a responder abrangeram apenas 4,2% (50 pessoas) do universo pesquisado, esse percentual subiu para 12,8% (172 pessoas) em 2011. Essa substantiva diferença foi explicada, no relatório final do cadastro, tanto através da mudança do organismo de produção da pesquisa, quanto por conta de uma maior organização política das pessoas em situação de rua, o que teria levado a disputas de representatividade e a conflitos com o grupo de representantes da população de rua que foram consultados na atividade de mapeamento, durante a organização da pesquisa (FASC, 2012).

Entretanto, tanto o caso do sujeito que se identificou diferentemente em 30 questionários, quanto o caso do alto percentual de pessoas que se recusaram a participar do cadastro censitário não podem ser compreendidos como se fossem simplesmente resultados de uma falha na confecção da pesquisa ou um mero erro de entendimento dos temas do estudo, por parte dos investigados. Acredito que traga

(8) A distinção entre os planos molar e molecular que realizo é inspirada naquela efetivada por Rabinow e Rose (2006), ao discutirem o biopoder na contemporaneidade, em que o plano molar é aquele das ênfases e relações sobre os modos de pensar e agir ao nível dos grupos populacionais e coletividades, e o plano molecular refere-se à individualização de estratégias biopolíticas.

uma potência significativa de contrariedade à individualização das informações e de seu registro e uma prática de resistência importante em relação às técnicas de legibilidade, em seu nível molecular. A importância da distinção analítica entre os níveis molar e molecular é preciosa, pois quando consideramos o nível molar em que as técnicas de legibilidade atuam, os esforços do movimento social parecem ser no sentido de ampliar os processos de visibilidade política dessa população.

Isso pode ser evidenciado tanto pelas reivindicações e pela celebração em torno da produção de estudos censitários dirigidos a esse público, quanto pela crítica dirigida ao número de pessoas em situação de rua, os quais resultam dos censos. Em Porto Alegre, foram bastante significativos os debates em torno do número resultante das pesquisas de 2007 e 2011, na medida em que representantes da população de rua, em fóruns sobre o tema e em conversas cotidianas em torno do assunto, questionaram o que salientavam ser o reduzido número de pessoas em situação de rua resultantes da pesquisa. Tal questionamento incidiu diretamente nos esforços de pesquisa, tanto em 2007 quanto em 2011, quando uma espécie de “força tarefa” foi montada para tentar encontrar pessoas em situação de rua que não tivessem sido ainda pesquisadas, mesmo após o encerramento do prazo estabelecido para a investigação e a percepção dos investigadores quanto ao próprio esgotamento do número de pessoas a serem pesquisadas.

Todavia, os números resultantes ainda foram questionados (respectivamente 1203 pessoas na pesquisa de 2007 e 1347 pessoas adultas em situação de rua no estudo de 2011) – em que pese o resultado de Porto Alegre condizer com o padrão populacional resultante dos estudos com cidades do mesmo porte no Brasil. O movimento social estimava, em 2007, a existência de 4.000 pessoas em situação de rua na cidade (LIMA; OLIVEIRA, 2012)⁹; as estimativas de 2011 eram ainda maiores, de cerca de 5.000 pessoas, e foram veiculadas em jornais tanto por militantes, quanto por acadêmicos envolvidos com projetos de extensão à população de rua, oriundos das áreas de Enfermagem e Arquitetura¹⁰.

(9) Em 2007, dois pesquisadores da área da arquitetura, ligados à UFPB, realizaram uma incursão junto ao então Fórum da População Adulta em Situação de Rua. O objetivo dos pesquisadores era compreender a trajetória e a luta política pela criação desse movimento, que objetivava inserir as demandas da população de rua no Orçamento Participativo do município. Este trabalhava a partir da setorização de bairros e não considerava as demandas da população sem domicílio. Além da historicização dessa trajetória, os pesquisadores ressaltaram outras informações recolhidas junto ao movimento e salientaram que: “Algumas informações obtidas contrariam os dados oficiais, entre elas a mais alarmante relaciona-se ao número total de moradores de rua no município. Integrantes do Fórum estimavam que, no ano de 2007, o número total de moradores sem domicílio institucional daquele município ultrapassava a 4.000 pessoas, enquanto os dados oficiais apontam para um número bem inferior” (LIMA; OLIVEIRA, 2012, p. 170).

(10) Em relação às estimativas de 2011, ver a reportagem do jornal Zero Hora de 15/08/2014, onde se coloca o cálculo de 3.000 a 5.000 pessoas em situação de rua em Porto Alegre, sugerido por Fernando Fuão, professor da arquitetura da UFRGS e coordenador do projeto

Em 2007, a crítica atingia não apenas os números resultantes do estudo, mas também os seus próprios objetivos. Segundo Lima e Oliveira (2012), alguns representantes do Fórum chamavam a atenção de que as pesquisas realizadas pelas universidades não acrescentavam nada de novo ao seu cotidiano. Em reuniões do MNPR e conversas informais com pessoas do movimento, não era raro ouvir críticas aos estudos acadêmicos de um modo geral, no sentido de não aproveitamento dos estudos realizados (LIMA; OLIVEIRA, 2012, p. 170). Em 2014, a crítica à pesquisa de 2011 também foi feita por Simone, mulher de cerca de 40 anos, militante do MNPR, escritora e jornalista do Boca de Rua. Em uma das reuniões do MNPR, levantou seu braço com a coletânea resultante da publicação de textos acerca da pesquisa realizada e de outros artigos sobre a política para pessoas em situação de rua e lamentou veementemente sua publicação.

Essa situação me constrangeu de forma significativa, pois eu era uma das autoras de um capítulo do livro e o havia entregado especialmente a ela, em uma reunião anterior do MNPR, achando que ela havia ficado aparentemente satisfeita. Naquele dia, ela juntou o livro a uma grande pasta que eventualmente levava às reuniões e que orgulhosamente dizia ser o material-base para a configuração da denúncia de “violação de direitos humanos” contra a população de rua. Quando em um dos encontros Simone rapidamente me deixou verificar tal material, pude perceber que consistia em uma composição diversa de “denúncias”, como denominava: abaixo-assinados de pessoas em situação de rua com diversos fins e destinatários, fotos, Boletins de Ocorrência de delegacias por denúncias diversas relacionadas à rede de atendimento, relatórios de visitas técnicas de militantes de direitos humanos realizados em abrigos e albergues, reportagens de jornal sobre a população de rua, cartas e bilhetes de pessoas usuárias das redes de assistência, etc.

A pasta era um material simplesmente fascinante, na medida em que Simone produzia um grande arquivo em torno das formas de inscrição política e jurídica da população de rua em Porto Alegre, e era incrível ver, através dos papéis, a circulação que realizava pelos organismos de proteção aos direitos humanos, organismos jurídicos, órgãos estatais e não estatais de atenção à população de rua. Arrisco-me a dizer que a pasta de Simone era, ela própria, um instrumento de produção de legibilidade. Mais do que isso, é possível assinalar que tal instrumento incidia – ou, nos termos de Das e Poole (2004a), colonizava – os próprios modos estatais de produção de legibilidade. Isso porque a pasta de Simone e seus incansáveis esforços em denunciar o que configura como sendo as “violações de direitos

Universidade na Rua, que reúne uma rede importante de professores relacionados com a problemática da situação de rua na cidade e ao qual também estou vinculada. A reportagem originou um pedido de explicação da FASC ao reitor da UFRGS, em torno da metodologia usada para produzir esse número, que se afastava daquele produzido pelo estudo feito pela instituição. Sobre isso, ver: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/08/e-se-porto-alegre-se-adaptasse-aos-moradores-de-rua-4575098.html>>.

humanos” contra a população de rua, em conjunto com outros esforços de uma rede heterogênea composta pela Comissão de Defesa do Consumidor, Segurança Pública e Direitos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, pelo MNPR e pelo Ministério Público, conseguiram configurar, a partir de 2008, uma ação civil pública contra a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Tal ação civil pública visava questionar a estruturação dos serviços de assistência social em relação à população em situação de rua em Porto Alegre e, sobretudo, a capacidade dos abrigos e albergues em acolher tal população. Para encurtar um processo longo que aqui não cabe especificar – mas que foi composto por visitas técnicas realizadas nos abrigos para verificar suas condições, por testemunhos de gestores e profissionais ligados à assistência social e pelo uso de informações disponíveis sobre a rede de atendimento –, a ação foi julgada procedente ao fim de 2013, em função da inadequação das políticas estatais de acolhimento à população de rua. Lendo o material disponível para seu acompanhamento, entretanto, ressalta a importância que os dados numéricos das pesquisas censitárias – tanto de 2007, quanto de 2011 – tiveram na configuração dos debates legais e na decisão judicial.

Com estruturas de abrigamento e albergagem para moradores de rua cuja quantidade de vagas suportava somente a metade do número de pessoas em situação de rua recenseado pela própria FASC em 2011, o estado do Rio Grande do Sul foi condenado a construir, no prazo de um ano, duas Casas Lares para idosos e duas repúblicas; no prazo de dois anos, mais duas repúblicas e um abrigo para famílias em situação de rua e uma casa para cuidados transitórios; no prazo de três anos, triplicar o número de vagas em residenciais terapêuticos. A condenação ainda orientou a multa diária de R\$ 2.000,00 por cada estabelecimento não instalado e condenou o município de Porto Alegre a multa diária de R\$ 3.000,00 em caso de não observância das determinações, cujas verbas deverão estar previstas no orçamento público nos anos que se seguirem. Tal condenação foi imensamente celebrada pelos militantes e pelo movimento social e, para os termos de interesse deste artigo, pode-se ver através dela um efeito bastante inesperado das pesquisas censitárias: promovidas *a partir* da FASC/Prefeitura Municipal de Porto Alegre para possibilitar suas formas de governo, foi finalmente utilizada *contra* estas, numa dinâmica de articulação entre movimento social, órgãos jurídicos e influências das narrativas dos direitos humanos incidentes em normativas legais e entidades não governamentais de promoção e proteção de direitos.

Exatamente pelas características trazidas por Scott (1998) e aqui etnograficamente explicitadas, isto é, de comporem “mapas abreviados” que simplificam, padronizam e racionalizam, os números das pesquisas censitárias revelaram possuir uma potência de verdade facilmente assimiláveis e legíveis nos parâmetros de objetividade e materialidade, característicos da configuração de um “fato” jurídico

no Ocidente (BOURDIEU, 1989; GEERTZ, 1997). Essa dinâmica parece apontar que, através dos ativos e complexos modos de habitar normas e categorias, novas formas de inscrição política são possíveis, realizadas simultaneamente *a partir e contra* o Estado. Ao mesmo tempo, em sua colonização por lutas sociais articuladas com organismos jurídicos colocados em uma arena pública sensível às narrativas dos direitos humanos, parece ser possível afirmar que o Estado também é transformado e produzido dinamicamente neste processo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de certas práticas de legibilidade – fundamentalmente, através do debate em torno das pesquisas censitárias e cadastrais, mas também perpassando as cartilhas e guias de serviços e as questões relacionadas à terminologia que define a população de rua –, espero ter deixado claro que tais tecnologias não apenas descrevem, nomeiam e classificam, mas orientam e conduzem políticas. Isto é, não são apenas meios técnicos neutros de conhecimento, mas instrumentos político-morais pelos quais novos modos de governo são constituídos. Ao refazerem as realidades que desejam retratar, são “mapas abreviados” que simplificam, padronizam e classificam seres e elementos, permitindo o governo (SCOTT, 2008).

Entretanto, ao produzi-las, o Estado também se dá a conhecer – simultaneamente tornando visíveis seus modos de ação, permitindo a sua crítica e possibilitando formas variadas de habitar seus instrumentos, normas e categorias. Ao envolverem um modo dinâmico de “fazer o Estado”, colocam em xeque perspectivas que trabalham a partir das noções de sua transcendência, homogeneidade ou completude (DAS; POOLE, 2004). Na medida em que o Estado deve ser sempre refundado, pode haver também diferentes modos de habitar suas normas, categorias e coproduzi-las e de coproduzir-se nesse mesmo processo. As diferenças entre as apreensões moleculares (individualizantes) e molares (massificantes) das pesquisas censitárias e cadastrais, a distinção entre as terminologias em torno da população de rua oficialmente constituída pelos organismos estatais e aquela produzida pelo movimento social e os usos estratégicos das pesquisas censitárias para a abertura da ação civil pública contra o município de Porto Alegre foram vias etnográficas que persegui para tentar afirmar tal argumento. Foi também através desses elementos que busquei constituir o que considero a principal contribuição deste texto: as práticas de legibilidade fazem mais do que possibilitar o governo; elas são também vias relevantes de produção de sujeitos e, sobretudo, são oportunidades onde novas lutas e inscrições políticas são possíveis.

Antes de finalizar este texto, gostaria de adicionar mais um comentário. Embora meus escritos tenham sido um argumento em torno das tecnologias da legibilidade, também possuem um claro subtexto, que é exatamente sobre as formas tensas de engajamento antropológico e seus estilos de atuação pública. Tendo aceitado coordenar a realização da pesquisa quali-quantitativa, realizada em 2007, em um momento de finalização do curso de pós-doutorado e à procura de trabalhos, fui envolvida numa rede heterogênea de agentes estatais, militantes, atores judiciais e estudantes de Antropologia e Sociologia que, na época, estavam fascinados pelos desafios abertos pelo trabalho com pessoas tão dinâmicas, assim como desafiados a contribuir para uma melhor formulação de políticas públicas nessa área. Esse ainda é um desafio e um compromisso que me coloco, embora agora, com mais de cinco anos após a primeira pesquisa, eu perceba o quão difícil é compreender o que seria uma “melhor” formulação de políticas públicas, numa configuração dinâmica de conjunções e disjunções de agentes, organismos e instituições.

Confesso que, trabalhando com pessoas envolvidas em processos de luta política e que empregam políticas que entendo serem realizadas *a partir e contra* o Estado e tendo sido autora de artigos sobre o assunto disponíveis publicamente – alguns deles escritos através de minha contratação como assessora ou pesquisadora de organismos governamentais – a recepção de meus escritos é sempre um motivo de tensão. Embora as críticas às pesquisas acadêmicas sejam constantes, sobretudo, por não adicionarem nada de novo ao cotidiano estudado, e em que pese algumas experiências de piada e riso sofridas por pesquisadores – Lima e Oliveira (2012) relatam que na época em que trabalharam com o Fórum da População de Rua em Porto Alegre alguns militantes chamavam os pesquisadores de “gravatinhas” –, minha expectativa é de contribuição, em algum nível, para as lutas políticas e sociais da população da rua no Brasil, e ainda estou experimentando as formas possíveis para que isso se efetive.

Para além de manifestar esse compromisso, este comentário final serve também para relatar mais um pouco desse cenário dinâmico de minhas relações com o movimento social e as pessoas que dele participam, trazendo o relato de uma situação vivenciada com José Batista – atual co-coordenador do MNPR – que conheci em 2008 e com quem, posteriormente, passei a me relacionar novamente a partir do projeto de pesquisa-extensão iniciado em 2013. Em novembro de 2013, em uma mesa de bar com estudantes da UFRGS e também da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) que estavam em Porto Alegre para um seminário e ficaram interessados em conhecer o MNPR no Rio Grande do Sul, José Batista aproveitou para informar os estudantes de nossos contatos. Bebendo um copo de cerveja e fazendo-me tremer segurando meu próprio copo de caipirinha, anunciou que havia lido o artigo escrito por mim em coletânea sobre a pesquisa de 2011 (SCHUCH et al., 2012) e se reconhecido como personagem do artigo.

José Batista fez um suspense terrível (o qual pareceu interminável para mim), até finalmente declarar que havia gostado muito do artigo, e cair numa boa risada, levando-me a fazer o mesmo. Ressaltou, sobretudo, a possibilidade do registro no texto de que, mesmo em 2008 e antes de ter uma trajetória consolidada em termos de luta política, já havia criticado a política da assistência social como uma política “de primeiros socorros”. Ao falar sobre os meus escritos em relação à pesquisa, José Batista não falou nada do censo, dos números, dos percentuais ou de qualquer outro dos dados recolhidos pela pesquisa. Orgulhoso do modo como eu o havia representado, citou apenas – e literalmente – as minhas observações quanto à configuração das pessoas em situação de rua como sujeitos “altamente reflexivos” e com “agência política”. Repetiu esses termos algumas vezes, em uma entonação que me pareceu sincera e emocionada.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A Força do Direito. Elementos para uma Sociologia do Campo Jurídico. In: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2009.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1974].

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.4, n. 4, dez. 2005.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004a.

_____. State and its Margins. In: _____. **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004b. p. 3-33.

DE LUCCA, Daniel. **A Rua em movimento** – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. 241 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DORNELLES, Aline Espíndola; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba. (Orgs.). **A Rua em Movimento**. Debates Acerca da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

DURÃO, Susana. Os olhos da cidade. Uma etnografia nas esquadras de Polícia em Lisboa.

Interseções, v. 11, n. 1, p. 9-33, junho de 2009.

FASC. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Relatório Final de Pesquisa**: Cadastro de Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: FASC, 2012.

FASSIN, Didier. Clandestins ou Exclux? Quand les mots font les politiques. **Politix**, n. 34, p. 77-86, 1996.

_____. Another Politics of Life is Possible. **Theory, Culture and Society**, v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009.

FERNANDES, Bruno Guilhermano; SCHUCH, Patrice. Enunciações, intervenções e tensões: a experiência de engajamento em coletivos vinculados à população em situação de rua em Porto Alegre/RS. **Novos Debates**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 38-44, janeiro de 2015.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos Mais e Menos Humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, Ano 5, n. 10, p. 83-121, 1999.

FOUCAULT, Michel. A cultura de si. In: _____. **História da Sexualidade 3**: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 43-75.

_____. A Governamentalidade. In: _____. **Microfísica do Poder**. 11^o impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 277-293.

_____. Introdução. A problematização moral dos prazeres. In: _____. **História da Sexualidade 2**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Método. In: _____. **História da Sexualidade 1**: A Vontade do Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 88-97.

GEERTZ, Clifford. Fatos e Leis em uma Perspectiva Comparativa. In: _____. **O Saber Local**. Petrópolis, Vozes, 1997. p. 249-356.

GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Simone Rita; BORBA, Marta (Orgs.). **Diversidade e Proteção Social**: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos. Porto Alegre: Century, 2008.

LIMA, Cristiane; OLIVEIRA. Participação popular dos moradores de rua a gestão pública do município de Porto Alegre, RS. **Revista Univap**, São José dos Campos-SP, v. 18, n. 32, p. 161-172, dez. 2012.

MELO, Tomás. Memória, trauma e sofrimento: a construção de uma identidade militante no Movimento Nacional de População de Rua. REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, X, 2013, Córdoba. **Anais...** Córdoba, Argentina, 2013.

MILITO, Claudia; SILVA, Hélio. **Vozes do Meio Fio**. RJ, Relume Dumará, 1994.

MONSMA, Karl. James Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. BIB, Rio de Janeiro, v. 49, n. 49, p. 95-121, 2000.

MOVIMENTO NACIONAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA. "Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua". In: **Psicologia**. Ciência e Profissão. Vol. 8, n. 1, 1988, p. 14.

PEREIRA, Viviane de Souza. **População de Rua em Juiz de Fora**: uma reflexão a partir da questão social. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

PIZZATO, Rejane. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: DORNELLES, Aline Espíndola; OBST, Júlia; SILVA, Marta (Orgs.). **A Rua em Movimento**: Debates Acerca da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, v. 1, p. 11-25.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O Conceito de Bipoder Hoje. **Política e Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, n. 24, p.27-57, abril de 2006.

RAMOS, Alcida. Do Engajamento ao Despreendimento. **Série Antropologia da UnB**, Brasília, n. 414, 2007.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. São Paulo: Editora Hucitec/Rede Rua, 2005.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça**. Modos de Governo da Infância e Juventude depois do ECA. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

_____. GEHLEN,IVALDO; MAGNI, CLAUDIA TURRA e KUNDEL, IARA. População em Situação de Rua: conceitos e perspectivas fundamentais. In: GEHLEN,IVALDO; SILVA, SIMONE RITA e BORBA, MARTA (Orgs.). **Diversidade e Proteção Social**: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos. Porto Alegre: Century, 2008, p. 13-30.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN,IVALDO. A Situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, ALINE; OBST, JÚLIA e SILVA, MARTA (Orgs.). **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1ª Ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, v. 1, p. 11-25.

SCOTT, James. **Domination and the Arts of Resistance**: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

_____. **Moral Economy of the Peasant**: Rebellion and Subsistence in the Southeast Asia. New Haven: Yale University Press, 1977.

_____. **Weapons of the Weak**. Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven: Yale University Press, 1985.

_____. **Seeing Like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven/London: Yale University Press, 1998.

SILVA, Tiago Lemões da. **A família, a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

_____. População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2014.

SOILO, Andressa. **Margens, tecnologias de controle e (i)legibilidades**: etnografia

sobre a produção do Estado e do comércio popular no camelódromo de Porto Alegre/RS. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

STOFFELS, M. G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Relatório final da pesquisa**: Cadastro de Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VELHO, Otávio. A Antropologia e o Brasil, Hoje. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, fev. 2008.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de Rua**: quem é, com quem vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

WILSON, Richard. "Human Rights, Culture and Context: an introduction". Introduction". In: WILSON Richard (Ed.). **Human Rights, Culture and Context**. Anthropological Perspectives. London, Pluto Press, 1997, p. 1-27.